

MENSAGEM Nº 103/2024

Maceió, 27 de setembro de 2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à consideração dessa Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei que “***Institui o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Dispõe sobre o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e dá outras providências.***”

O art. 86, § 1º, II, *b*, da Constituição do Estado de Alagoas disciplina que são de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que disponham sobre organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo.

O presente Projeto de Lei visa instituir o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

O prospecto em questão visa reforçar o compromisso do Estado de Alagoas com a proteção dos direitos humanos, por meio da criação de mecanismos efetivos de monitoramento, prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A proposta integra o Estado de Alagoas ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, promovendo a cooperação entre diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, assegurando a transparência e a proteção dos direitos das pessoas privadas de liberdade.

A presente proposta está em consonância com os padrões internacionais de direitos humanos, destacando-se pela promoção da dignidade humana e pelo fortalecimento das ações de desencarceramento e proteção das populações vulneráveis.

Na certeza de contar com a valiosa atenção de Vossa Excelência e vossos dignos Pares para a aprovação do Projeto de Lei em questão, aproveito o ensejo para renovar protestos de consideração e apreço.



PAULO SURUAGY DO AMARAL DANTAS
Governador

Excelentíssimo Senhor
Deputado MARCELO VICTOR CORREIA DOS SANTOS
Presidente da Assembleia Legislativa Estadual.
NESTA



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI Nº /2024

INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA; DISPÕE SOBRE O COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA E O MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

CAPÍTULO I
DO SISTEMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA – SEPCT

Art. 1º Fica instituído o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – SEPCT, integrante do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – SNPCT, com o objetivo de fortalecer a prevenção e o combate à tortura, por meio de articulação e atuação cooperativa de seus integrantes, dentre outras formas, permitindo as trocas de informações e o intercâmbio de boas práticas.

Art. 2º O SEPCT será integrado por órgãos e entidades públicas e privadas com atribuições legais ou estatutárias de realizar o monitoramento, a supervisão e o controle de estabelecimentos e unidades onde se encontrem pessoas privadas de liberdade, ou de promover a defesa dos direitos e interesses dessas pessoas.

§ 1º O SEPCT é composto pelo Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT e pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – MEPCT.

§ 2º O SEPCT poderá ser integrado, ainda, pelos seguintes órgãos e entidades, dentre outros:

I – órgãos do Poder Judiciário com atuação nas áreas de infância e da juventude, da mulher, dos direitos humanos e de execução penal;

II – Comissão de Direitos Humanos do Poder Legislativo Estadual;

III – órgão do Ministério Público com atuação no controle externo da atividade policial, pelas promotorias e procuradorias militares, da infância e da juventude e de proteção aos direitos humanos, da cidadania e pelos vinculados à execução penal;

IV – Defensoria Pública;

V – conselhos da comunidade e Conselho Penitenciário Estadual;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

VI – corregedorias e ouvidorias de polícia, do sistema penitenciário estadual e demais ouvidorias com atuação relacionada à prevenção e combate à tortura;

VII – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – CEDDH;

VIII – Conselho Estadual de Segurança Pública;

IX – Conselhos Tutelares e Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes;
e

X – Organizações Não Governamentais – ONGs que reconhecidamente atuem no combate à tortura.

§ 3º Ato do Poder Executivo disporá sobre o funcionamento do SEPCT, sendo assegurada autonomia administrativa aos órgãos que o integram.

Art. 3º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Tortura: os tipos penais previstos na Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997; e

II – Pessoas privadas de liberdade: aquelas obrigadas, por mandado ou ordem de autoridade judicial, ou administrativa ou policial, a permanecerem em determinados locais públicos ou privados, dos quais não possam sair de modo independente de sua vontade, abrangendo locais de internação de longa permanência, centros de detenção, estabelecimentos penais, hospitais psiquiátricos, casas de custódia, instituições socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei e centros de detenção disciplinar em âmbito militar, bem como nas instalações mantidas pelos órgãos elencados no art. 61 da Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Art. 4º São princípios do SEPCT:

I – Dignidade da pessoa humana: entendida como o respeito pela dignidade inerente a cada pessoa como uma condição e base de todos os direitos humanos e especificamente do direito à integridade pessoal e a não ser submetido à tortura ou outro tratamento ou pena cruel, desumano e degradante;

II – Excepcionalidade da privação de liberdade: uma das principais medidas de prevenção à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes é garantir que a privação de liberdade seja excepcional em todas as suas formas, primando por medidas de desencarceramento, limitação do poder punitivo estatal, medidas alternativas à privação de liberdade e pela prevalência à convivência familiar e comunitária em liberdade;

III – Criticidade: a prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes perpassam necessariamente um olhar crítico a respeito das leis, regulamentos, protocolos, procedimentos e práticas centrados numa lógica de segurança e periculosidade que cerceie acesso a serviços básicos e direitos fundamentais, assim como daqueles centrados numa lógica de institucionalização como método principal de atenção à saúde e de assistência a populações consideradas vulneráveis;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

IV – Abordagem diferenciada e especializada: deve-se considerar a existência de grupos com características particulares ou com maior vulnerabilidade devido à sua origem racial, étnica ou nacional, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, idioma, religião, idade, deficiência, condição de saúde, condição social, econômica, histórica e cultural, além de outras circunstâncias diferenciadoras e que requeiram atenção especial;

V – Equidade de gênero: as medidas de prevenção e combate à tortura devem ser livres de estereótipos e de qualquer outro elemento que, devido a questões de sexo ou gênero, leve a situações de desvantagem, discriminação, violência ou desigualdade, especialmente contra mulheres e população LGBTQI+;

VI – Fortalecimento do monitoramento de locais de privação de liberdade: todas as instituições públicas e da sociedade civil que desempenham funções relacionadas ao monitoramento dos locais de privação de liberdade e à defesa dos direitos das pessoas privadas de liberdade devem preservar sua atuação ampla, não podendo ser interpretado que os Comitê e Mecanismo venham a restringir ou sobrepor o trabalho desenvolvido por outras instituições;

VII – Complementaridade e Cooperação: o Comitê e o Mecanismo devem atuar de modo complementar e coordenado como integrantes do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e à legislação nacional referente à questão;

VIII – Transparência e Acesso à Informação: refere-se a todas as medidas que garantam o direito de acesso à informação pública, proteção de dados pessoais e prestação de contas no monitoramento e obtenção de resultados de investigações e processos judiciais sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e

IX – Observância às normas e parâmetros internacionais e regionais de direitos humanos: o trabalho de monitoramento das condições de privação de liberdade envolve necessariamente contrastar a realidade observada à luz dos parâmetros e normas internacionais de proteção dos direitos humanos do sistema universal e do sistema interamericano.

Art. 5º São diretrizes do SEPCT:

I – respeito integral aos direitos humanos, em especial aos direitos das pessoas privadas de liberdade;

II – articulação com as demais esferas de governo e de poder e com os órgãos responsáveis pela segurança pública, pela custódia de pessoas privadas de liberdade, por locais de internação de longa permanência e pela proteção de direitos humanos; e

III – adoção das medidas necessárias, no âmbito de suas competências, para a prevenção e o combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

CAPÍTULO II

DO COMITÊ ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA – CEPCT

Art. 6º Fica instituído, no âmbito do Gabinete Civil, o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT, com a função de prevenir e combater a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, mediante o exercício das seguintes atribuições, entre outras:

- I – elaborar e aprovar o seu regimento interno;
- II – realizar o processo de seleção dos peritos do MEPCT;
- III – articular-se com o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT de forma a fortalecer estratégias e políticas voltadas à prevenção e combate à tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, integrando-se ao Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – SNPCT, nos termos do art. 2º, § 2º, da Lei Federal nº 12.847, 2 de agosto de 2013;
- IV – apreciar e aprovar o Plano Estadual de Ações Integradas para a Prevenção e Combate à Tortura;
- V – elaborar, publicar e divulgar relatório periódico de atividades e encaminhá-lo ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – CNPCT e ao Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT, além do encaminhamento a outros órgãos e instituições em nível local, nacional e internacional que julgar relevantes;
- VI – acompanhar, avaliar e recomendar as ações, políticas públicas, programas, planos e projetos legislativos relativos à prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, desenvolvidos especialmente no âmbito do Estado de Alagoas;
- VII – monitorar a tramitação dos procedimentos de apuração administrativa e judicial pertinentes às suas finalidades, com vistas ao seu cumprimento e celeridade;
- VIII – acompanhar a atuação do MEPCT e colaborar para o aprimoramento de suas funções e para que o Estado garanta o orçamento e os recursos adequados para o seu funcionamento;
- IX – monitorar e incidir para a implementação das recomendações do MEPCT, propondo encaminhamento a outros órgãos e instituições e possíveis medidas de implementação; e
- X – estabelecer ações de comunicação social que prevejam, entre outras: divulgação de ações realizadas no âmbito do SEPCT, por meio de campanhas ou peças publicitárias; difusão de práticas exitosas na prevenção e combate à tortura; posicionamento acerca de situações ou discursos que façam apologia à tortura e outros tratamentos degradantes, buscando uma linguagem clara e de fácil entendimento da população.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Art. 7º O CEPCT será composto por 17 (dezessete) membros, nomeados pelo Governador do Estado, sendo 8 (oito) representantes de órgãos do Poder Público, a seguir nominados:

I – Gabinete Civil;

II – Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos – SEMUDH;

III – Poder Judiciário Estadual;

IV – Ministério Público Estadual – MPE;

V – Ministério Público Federal – MPF;

VI – Defensoria Pública Estadual – DPE;

VII – Defensoria Pública da União – DPU;

VIII – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Alagoas – OAB/AL; e

IX – 9 (nove) entidades da sociedade civil com comprovada atuação na prevenção e combate à tortura, e/ou que tenham por objetivo expresso a defesa dos direitos e garantias fundamentais de pessoas negras, mulheres, população LGBTQIAPN+, crianças e adolescentes, pessoas em sofrimento psíquico, pessoas idosas, pessoas com deficiência, migrantes, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade.

§ 1º A Presidência e Vice-Presidência do CEPCT são exercidas por um representante do Poder Público e um representante da sociedade civil, que alternam as funções após um ano do mandato, ambos eleitos pelo Plenário para mandato de 3 (três) anos.

§ 2º Haverá 1 (um) suplente para cada membro titular do CEPCT.

§ 3º Poderão participar das reuniões do CEPCT, a convite do colegiado, e na qualidade de observadores, especialistas e representantes de instituições públicas ou privadas que exerçam relevantes atividades no enfrentamento à tortura.

§ 4º Para a seleção das organizações da sociedade civil que comporão o CEPCT devem ser eleitas pelos seus pares para um mandato de 3 (três) anos, em processo público de escolha, especificamente convocado para tal fim, e que garanta ampla divulgação, participação e transparência dos atos praticados.

§ 5º As organizações da sociedade civil devem atuar há, no mínimo, 1 (um) ano na promoção e defesa dos direitos humanos, em especial dos direitos das pessoas privadas de liberdade.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 6º A participação no CEPCT será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

§ 7º É permitida uma única recondução para o exercício de mandato no CEPCT.

§ 8º O funcionamento do CEPCT será regulamentado por Regimento Interno, a ser aprovado pelo próprio Colegiado por maioria absoluta de seus integrantes, na primeira sessão após a promulgação desta Lei.

CAPÍTULO III
DO MECANISMO ESTADUAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA –
MEPCT

Art. 8º Fica criado o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – MEPCT, órgão integrante da estrutura do Gabinete Civil, responsável pela prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, nos termos dos arts. 3º e 29 do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.085, de 19 de abril de 2007.

§ 1º O MEPCT será composto por 7 (sete) peritos, escolhidos pelo CEPCT e nomeados pelo Governador do Estado, para o cargo em comissão com o mandato fixo de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 2º Os membros do MEPCT terão independência na sua atuação e garantia do seu mandato, do qual não serão destituídos senão pelo Governador do Estado nos casos de condenação penal transitada em julgado com cominação de pena privativa de liberdade, de condenação transitada em julgado por ato de improbidade administrativa ou de processo administrativo disciplinar na forma da Lei Estadual nº 5.247, de 26 de julho de 1991, que institui o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais, ou de ato normativo que a suceda.

§ 3º O processo de seleção dos peritos será público, com sua convocação, suas etapas e seus critérios definidos por ato normativo prévio do CEPCT, aprovado por maioria absoluta dos integrantes de seu Colegiado, observando critérios de transparência e os princípios reitores da Administração Pública estabelecidos pelo art. 37 da Constituição Federal.

§ 4º No processo seletivo, poderá ser adotada a política de ação afirmativa:

I – étnico-racial, à luz da Lei Estadual nº 8.733, de 27 de julho de 2022, que dispõe sobre a reserva de vagas para negros, índios e quilombolas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos e nos processos simplificados para contratações temporárias dos integrantes dos quadros dos entes públicos e órgãos da Administração Pública Estadual; e



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

II – pessoa com deficiência, à luz da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

§ 5º Os peritos deverão observar a legislação estadual referente à conduta e aos deveres dos servidores públicos civis – Lei Estadual nº 5.247, de 1991.

§ 6º Para o exercício do cargo de perito são requisitos:

I – conhecimentos relacionados a situações de vulnerabilidade, notadamente:

- a) privação de liberdade;
- b) saúde física e mental;
- c) pessoas com deficiência;
- d) gênero, identidade de gênero e orientação sexual;
- e) situação de crianças, adolescentes e idosos;
- f) questão étnica e racial;
- g) migração e mobilidade humana;
- h) pessoas em situação de rua; e
- i) indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais.

II – reconhecido domínio da legislação relacionada aos sistemas prisional, socioeducativo, de saúde mental, de acolhimento e de perícia;

III – reconhecida experiência na realização de visitas, inspeções e monitoramento de unidades de privação de liberdade, escrita de relatórios e ações de articulação;

IV – reconhecida experiência na atuação em defesa dos direitos humanos, notadamente na área de prevenção e combate à tortura e a outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; e

V – formação superior.

§ 7º O afastamento cautelar de membro do MEPCT poderá ser determinado por decisão fundamentada do CEPCT, por voto de 2/3 (dois terços) de seu Colegiado, no caso de constatação da prova de materialidade e indício de autoria de crime ou grave violação ao dever funcional, o que perdurará até a conclusão do procedimento disciplinar de que trata o § 2º deste artigo ou de condenação em processo judicial transitada em julgado e que verse sobre o mesmo objeto.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

§ 8º Não poderão compor o MEPCT, na condição de perito, aqueles que:

I – atuam como representante titular ou suplente perante o CEPCT no momento da seleção;

II – foram condenados, em qualquer tempo, pelos crimes estabelecidos pelo art. 1º da Lei 9.455, de 1997, ou em legislação que a suceda, por sentença definitiva;

III – exerçam cargos executivos em agremiação partidária; ou

IV – não tenham condições de atuar com imparcialidade no MEPCT.

§ 9º Para fins desta Lei, o termo perito refere-se a profissional com capacidades e habilidades para desempenhar as competências do MEPCT previstas no art. 9º desta Lei.

Art. 9º Compete ao MEPCT:

I – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

II – planejar, realizar e monitorar visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade definidos no art. 3º da Lei Federal nº12.847, de 2013, para verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas;

III – elaborar relatório circunstanciado das visitas em prazo determinado e apresentá-lo ao CEPCT e às demais autoridades competentes;

IV – emitir recomendações às autoridades públicas ou privadas, responsáveis pelas pessoas em locais de privação de liberdade, com vistas a garantir a observância dos direitos dessas pessoas, assim como para a apuração de indícios de tortura e de outros tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes;

V – publicar os relatórios de visitas periódicas e regulares realizadas e o relatório anual, promovendo a difusão deles para o público e autoridades envolvidas;

VI – promover o diálogo com as autoridades competentes sobre medidas de implementação de suas recomendações;

VII – manifestar-se sobre normas jurídicas vigentes ou em tramitação;

VIII – articular-se com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, com o objetivo de unificar as estratégias e políticas de prevenção da tortura e de outros tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes;

IX – comunicar-se com o Subcomitê de Prevenção da Organização das Nações Unidas, previsto no art. 2º do Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, promulgado pelo Decreto Federal nº 6.085, de 19 de abril de 2007;

X – promover ações de assessoramento e capacitação de instituições públicas, agentes públicos e outros profissionais sobre temas afetos à prevenção à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes;

XI – ter acesso a todas as informações relacionadas e opinar oficialmente em processos de seleção, concursos públicos, treinamentos de admissão, capacitações continuadas, além dos processos de promoção de profissionais em carreiras públicas com funções relacionadas à privação de liberdade, particularmente do Poder Executivo e sistema de justiça; e

XII – requisitar da autoridade competente a instauração imediata de procedimento criminal e administrativo, caso se constatem indícios da prática de tortura ou tratamento cruel, desumano e degradante.

§ 1º A atuação do MEPCT dar-se-á sem prejuízo das competências atribuídas aos demais órgãos e entidades que exerçam funções semelhantes.

§ 2º Nas visitas previstas no inciso II do *caput* deste artigo, o MEPCT deverá ser representado por todos os seus membros, podendo convidar representantes de entidades da sociedade civil, peritos e especialistas com atuação em áreas afins.

§ 3º O Poder Executivo Estadual assegurará os meios logísticos e o apoio necessário de segurança e de deslocamento para a atuação do MEPCT.

Art. 10. São assegurados ao MEPCT e aos seus membros:

I – a autonomia das posições e opiniões adotadas no exercício de suas funções;

II – o acesso, independentemente de autorização, a todas as informações e registros relativos ao número, à identidade, às condições de detenção e ao tratamento conferido às pessoas privadas de liberdade;

III – o acesso ao número de unidades de detenção ou execução de pena privativa de liberdade e a respectiva lotação e localização de cada uma;

IV – o acesso a todos os locais arrolados no inciso II do *caput* do art. 3º desta Lei, públicos e privados, de privação de liberdade e a todas as instalações e equipamentos do local, independente de aviso prévio;

V – a possibilidade de entrevistar pessoas privadas de liberdade ou qualquer outra pessoa que possa fornecer informações relevantes, reservadamente e sem testemunhas, em local que garanta a segurança e o sigilo necessários;



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

VI – a escolha dos locais a visitar e das pessoas a serem entrevistadas, com a possibilidade, inclusive, de fazer registros por meio da utilização de recursos audiovisuais, respeitada a intimidade das pessoas envolvidas; e

VII – a requisição de informações, certidões e documentos essenciais ao desempenho de suas atribuições a autoridades públicas e a entes privados;

IX – a requisição de perícias oficiais, em consonância com as normas e diretrizes internacionais e com o art. 159 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

§ 1º As informações obtidas pelo MEPCT serão públicas, observado o disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

§ 2º O MEPCT deverá proteger as informações pessoais das pessoas privadas de liberdade, de modo a preservar sua segurança, intimidade, vida privada, honra ou imagem, sendo vedada a publicação de qualquer dado pessoal sem o seu consentimento expresso.

§ 3º Os documentos e relatórios elaborados no âmbito das visitas realizadas pelo MEPCT, nos termos do art. 9º, inciso III, desta Lei, poderão constituir provas a serem utilizadas em juízo, desde que respeitem a legislação correlata vigente.

§ 4º Não se prejudicará pessoa, órgão ou entidade por ter fornecido informação ao MEPCT, assim como não se permitirá que nenhum servidor público ou autoridade tolere ou lhes ordene, aplique ou permita sanção relacionada com esse fato.

§ 5º As requisições previstas no inciso IX deste artigo deverão ser atendidas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de prorrogação autorizada pelo MEPCT.

Art. 11. O MEPCT trabalhará de forma articulada com os demais órgãos que compõem o SEPCT e, anualmente, prestará contas das atividades realizadas ao CEPCT.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 12. O Gabinete Civil garantirá o apoio técnico, financeiro e administrativo necessários ao funcionamento do SEPCT, do CEPCT e do MEPCT, em especial à realização das visitas periódicas e regulares previstas no art. 9º, inciso III, desta Lei, por parte do MEPCT, em todas as unidades de privação de liberdade do Estado de Alagoas.

Art. 13. Ficam criados 7 (sete) cargos de provimento em comissão de Perito do Mecanismo de Prevenção e o Combate à Tortura, vinculados à estrutura administrativa do Gabinete Civil, com remuneração estabelecida nos Anexos desta Lei.

Art. 14. Os primeiros membros do MEPCT cumprirão mandatos diferenciados, nos seguintes termos:



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

I – 2 (dois) peritos serão nomeados para cumprir mandato de 5 (cinco) anos; e

II – 5 (cinco) peritos serão nomeados para cumprir mandato de 4 (quatro) anos;

Parágrafo único. Nos mandatos subsequentes deverá ser aplicado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

Art. 15. Os dispositivos a seguir mencionados da Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes redações:

I – O inciso VI do art. 14:

“Art. 14. São Órgãos Colegiados de assessoramento, consulta e deliberação, vinculados diretamente ao Governador do Estado:

(...)

VI – Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; e” (NR)

II – acréscimo do item 2 ao inciso I do item 3 do Anexo I:

“3 – A estrutura do Gabinete Civil é integrada por:

I – Órgãos Colegiados:

(...)

2. Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.” (NR).

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrário, em especial:

I – a Lei Estadual nº 7.141, de 23 de dezembro de 2009; e

II – o item 6 do inciso I do item 19 da Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022.



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI Nº /2024

ANEXO I

CARGO	NÍVEL	QUANTIDADE
Perito do Mecanismo de Prevenção e o Combate à Tortura	PMPCT	7



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI Nº /2024

ANEXO II

**SIMBOLOGIA E VALORES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DAS
FUNÇÕES ESPECIAIS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ADMINISTRAÇÃO
DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO**

CARGOS EM COMISSÃO	
PMPCT	R\$ 6.093,05



ESTADO DE ALAGOAS
GABINETE DO GOVERNADOR

PROJETO DE LEI Nº /2024

ANEXO III

**PRÉ-REQUISITOS PARA ASSUNÇÃO E AS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM
COMISSÃO, FUNÇÕES ESPECIAIS E FUNÇÕES GRATIFICADAS**

GESTÃO FINALÍSTICA		
CARGOS/FUNÇÕES	ATRIBUIÇÕES	PRÉ-REQUISITO
Perito do Mecanismo de Prevenção e o Combate à Tortura	Planejar, realizar, elaborar relatórios e monitorar visitas periódicas e regulares a espaços de privação de liberdade definidas no art. 3º da Lei 12.847/2013, para verificar as condições de fato e de direito a que se encontram submetidas; Emitir recomendações às autoridades públicas ou privadas, responsáveis pelas pessoas em locais de privação de liberdade, com vistas a garantir a observância dos direitos dessas pessoas, assim como para a apuração de indícios de tortura e de outros Nível Superior e comprovada experiência na área de atuação tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes; Promover o diálogo com a autoridades competentes sobre medidas de implementação de suas recomendações.	Nível Superior e comprovada experiência na área de atuação